

“PELA PÁTRIA”: ideologia e doutrinação em uma escola da marinha de guerra do Brasil (1910-1945)

Raul Coelho Barreto Neto

Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia

Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências

Membro da Associação Nacional de História

E-mail: raulbarretoneto@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo apresenta alguns resultados de um estudo mais amplo sobre a educação naval na primeira metade do século XX, mais especificamente a respeito da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia e seus recrutas. Criada pela Marinha de Guerra do Brasil no ano de 1855, a referida instituição era, nas primeiras décadas do Novecentos, além de um dos principais centros de instrução dos jovens marujos nacionais, um dos poucos estabelecimentos de ensino voltados à formação profissional do jovem de baixa renda no estado. Diversos eram os elementos constitutivos do curso, em linhas gerais dividido em três partes: ensino básico ou elementar – incluindo disciplinas como Português e Matemática –; profissional – direcionado à preparação técnica dos alunos – e o complementar, ou acessório – dedicado, dentre outros aspectos, à lapidação moral dos internos. Nas páginas seguintes, serão trabalhadas certas questões relativas a este último bloco: as ligadas aos valores ideológicos, doutrinários e comportamentais transmitidos pela Armada a seus pupilos. Desde o assédio comunista aos conveses e casernas até os vícios mundanos, inúmeras eram as ameaças que punham em xeque a personalidade e a conduta dos futuros marinheiros, defensores constitucionais de uma pátria consideravelmente marcada pela instabilidade política e social. Assim, frente a este cenário, o uso do termo “complementar” talvez não consiga expressar à altura o papel deste componente do curso na formação dos meninos recrutas.

Palavras-Chave: Marinha do Brasil. Escolas de aprendizes marinheiros. Educação. História.

“FOR THE MOTHERLAND”: ideology and indoctrination in a Brazilian Naval School (1910-1945)

Abstract

This article presents some results of a larger study about naval education in the first half of the twentieth century, more specifically about the School of Apprentice-Sailors of Bahia and its recruits. Created by the Brazilian Navy in 1855, the institution was, in the first decades of the 20th century, a major center for education of young national sailors and one of the few schools aimed at training poor boys in Bahia State. Several were the constituent elements of the course, broadly divided into three parts: the basic or elementary education - including subjects like Mathematics and Portuguese -, the professional - technical program to prepare students - and the complementary or auxiliary - dedicated, among other things, to shaping the youngsters' moral. In the following pages, certain issues related to the last block will be discussed: those related to ideological, doctrinal and behavioral values transmitted by the Navy to its pupils. From the communist harassment to decks and barracks to the worldly vices, many were the threats which put into question the character and conduct of future sailors, constitutional defenders of a country significantly marked by political and social instability. Therefore, before this scenario, the use of the term "complementary" may fail to express exactly the role of this component of the course in the training of the recruited boys.

Keywords: Brazilian Navy. Schools of Apprentice-Sailors. Education. History.

Introdução

Em 19 de novembro de 1937, uma imensa fogueira ardia à frente do edifício da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Sob os olhos de alunos, autoridades e do comandante da casa, Garcia D’Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, pelo menos 808 exemplares de *Capitães da areia* e 223 de *Mar morto*, de Jorge Amado, foram destruídos. Outros tantos livros, de autoria de José Lins do Rego, também ajudavam a alimentar as labaredas. Alguns dias antes, as obras haviam sido apreendidas nas livrarias Bahiana, Catilina e Souza por membros da Comissão de Buscas e Apreensões de Livros. Solicitada pela Sexta Região Militar, através do coronel Antonio Fernandes Dantas, a missão –cumprida uma semana após o estabelecimento do Estado Novo – fora direcionada ao confisco de material considerado simpatizante do credo comunista (BPEB, *Estado da Bahia*, 17 dez. 1937, p. 3).

Na década de 1930, o tratamento da “questão social” no Brasil passou a ser intensificado, transformando-a em “área de interesse prioritário” do governo Vargas. (SOUSA, 2000, p. 221). Centralizador, o regime objetivava disciplinar a população por meio de novas ferramentas de controle ideológico, muitas delas espelhadas no fascismo. Sua preocupação estava voltada aos jovens, preferencialmente (PASSETTI, 2004, p. 355). Era necessário livrá-los do comunismo, “mal” que se espalhava pelo planeta e ameaçava as nações “civilizadas”. De acordo com Cynthia Pereira de Sousa, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, era “anticomunista convicto, tendo inclusive encomendado um plano para combater a ‘subversão’ dentro de seu ministério”. Além disso, “contribuiu pessoalmente para a organização da Exposição Anticomunista”, realizada no Rio de Janeiro. Todos os anos, expõe ainda a autora, ele discursava na cerimônia em homenagem aos soldados que tombaram no combate à Intentona de 1935 (2000, p. 263).

O expressivo número de exemplares de *Capitães da areia* incinerados pelos militares na oportunidade não causa estranheza, já que seu lançamento se deu justamente em 1937. Além disso, a temática da obra era considerada por demais perturbadora, abordando a vida de meninos de rua na Salvador daquela época. Poucas vezes – ou talvez jamais – questões como a criminalidade infanto-juvenil haviam sido tão abertamente enfocadas pela literatura nacional (DUARTE, 1996, p. 113-19). Exilado em Montevideu e Buenos Aires, onde escreveu *A vida de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança* e *Terras do sem fim*, Jorge Amado foi um dos primeiros expatriados a retornar ao Brasil, em setembro de 1942. Terminada a Segunda Guerra Mundial, o escritor baiano assistiu à queda do governo que o perseguiu, sendo, no ano

seguinte, eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (FALCÃO, 1988, p. 222-225).

Considerando-se uma instituição como a Escola de Aprendizes, podemos sugerir que suas ações doutrinárias, a exemplo da ocorrida naquele 19 de novembro, não se davam apenas por causa da pouca idade dos recrutas. Futuros membros da Marinha de Guerra, não era suficiente ensinar-lhes as várias técnicas navais. Transformar crianças em combatentes seria algo arriscado, caso a sua preparação não fosse preenchida com outras lições, como valores que, para a Armada, bem orientariam o exercício da profissão. Neste sentido, a própria sublevação de 1935 já havia mostrado o quão perigosa poderia se tornar a disseminação de ideais socialistas no interior dos quartéis. Mesmo não participando diretamente do movimento, militares da Marinha terminaram expulsos de seus quadros após “infiltrações” terem sido identificadas em certas guarnições de navios e de outras organizações em terra (MARTINS, 1985, p. 141).

Tais “infiltrações” tinham origens conhecidas dos oficiais. Em 1931, no seu relatório anual aos superiores, o diretor da escola da Bahia, capitão-tenente Jorge da Silva Leite, dentre outros aspectos, comentava as dificuldades de se encontrar “elementos de real valor” que pudessem ser aceitos nas salas de aula navais. Na “indústria particular”, afirmava, “existia o operário inteligente e hábil, que a bordo prestaria relevantes serviços”. Entretanto, ponderava, “efetuar o recrutamento na indústria geraria perturbações muito graves à mesma”. Aliado a isso, alertava, “a propaganda de ideias libertárias no seio das classes operárias” seria “um evidente empecilho para a sujeição desse pessoal às imposições da disciplina militar”, deixando claro em seu discurso a preocupação com o perfil dos menores que deveriam ser alistados (AM, gav. 003, cx. 061, rel. 83, p. 3).

Em absoluto, nenhum “desvio” de caráter político poderia sobrepor-se aos princípios que regiam a atividade marinheira. Tripudiar da hierarquia estabelecida, aspecto sagrado dentro das Forças Armadas, consistia em uma violação imperdoável. Fugir do compromisso de defender a Pátria feria a Constituição. Para o tenente Leite, assim como para tantos outros que estiveram à frente da Escola, transmitir aos internos os bons valores era somente um dos objetivos a serem alcançados ao término do curso. A seguir, buscaremos identificar o perfil discente da instituição para que conheçamos mais de perto o seu público. Na sequência, nos ateremos ao processo de formação dos aprendizes entre 1910-1945, mais precisamente aos aspectos relativos ao chamado ensino complementar, ou acessório, oferecido pela casa. Era este ensino o principal responsável pelo início da lapidação moral e doutrinária dos nossos futuros homens do mar.

Sobre os meninos recrutados

Muitos dos jovens marinheiros que testemunharam a fogueira arder naquele dia de 1937 não conheciam, provavelmente, ou pelo menos não mantinham contato regular com seus pais. Sua chegada à Armada ocorria a partir de conceitos defendidos desde o Império, como o que afirmava “que as crianças órfãs, bastardas ou abandonadas tornar-se-iam mais facilmente soldados ou marinheiros ideais” (VENANCIO, 2004, p. 195).

Segundo esse modo de ver, os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos; eles formariam os então denominados “batalhões da esperança” e supostamente dedicariam à “nação” todo amor, fidelidade e lealdade que os demais mortais costumavam consagrar aos familiares (VENANCIO, 2004, p. 195).

Mesmo que a maioria dos meninos não tivesse a mínima ideia do que fosse uma “nação”, nos períodos de recrutamento lá estavam eles engrossando as longas filas que se formavam defronte à Escola. Em uma realidade composta por trajetórias de vida distintas, havia candidatos levados à Marinha por instituições assistenciais, a exemplo do vizinho Colégio dos Órfãos de São Joaquim, como também havia aqueles que, com a ausência das figuras paternas, viviam com parentes que os acolhiam e orientavam. Da mesma maneira, eram frequentes os casos de órfãos de pai que tinham o alistamento requisitado por suas mães viúvas, estas motivadas por uma compreensível preocupação com o futuro de seus filhos (AM, estantes 25.168 e 25.169).

Nos casos de inexistência de um ou de ambos os pais, todavia, geralmente cabia ao Estado, principalmente por meio dos juízes de menores, o requerimento da vaga e, em diversas ocasiões, sua apresentação. Para tanto, os candidatos, dentre outros documentos exigidos no alistamento, eram acompanhados por petições assinadas por essas autoridades. Além destes togados, os agentes policiais, sobretudo nos anos iniciais do século XX, respondiam igualmente por várias solicitações ao comando da Escola de Aprendizes. Benfeitorias que, dirigidas a sujeitos cuja maior parte penava dentro ou à beira da indigência, recebiam especial atenção por parte da imprensa. Em apenas nove dias, entre agosto e setembro de 1910, por exemplo, o *Diário de Notícias* estampou em suas páginas duas breves notas sobre menores apresentados à Marinha pelo chefe de Polícia, ambos enviados à capital pelo delegado de Santo Amaro, no interior baiano (BPEB, *Diário de Notícias*, 24 ago. 1910, p. 3; e 2 set. 1910, p. 1).

Contudo, a despeito da quantidade de rapazotes levados pelo poder público e por instituições assistenciais, era seguramente através de seus pais que a absoluta maioria deles chegava à Escola. Mesmo nesses casos, porém, devemos relativizar a ideia de que as apresentações se davam de maneira livre e espontânea. Afinal, em se tratando majoritariamente de famílias de baixa renda, é sensato apontarmos que a opção pela vida naval muitas vezes ocorria menos por conta de uma descoberta vocacional do menino do que em função de carências socioeconômicas enfrentadas em seu lar. Neste sentido, ter acesso a um ensino gratuito, a uma alimentação “sã e abundante”, a um vestuário “decente e confortável”, além de um soldo mensal – vantagens anunciadas nas convocações feitas pela Armada Nacional –, era certamente uma proposta sedutora (BPEB, *Liga Marítima Brasileira*, jul. 1907, p. 22).

Nas petições que acompanhavam os candidatos, eram inúmeras as situações em que, apelando ao comando da Escola, seus pais confessavam aos militares não dispor de condições financeiras para sustentar e educar adequadamente a sua prole. Além disso, diante das dificuldades materiais enfrentadas, ou por força de outros fatores, notamos que destinar mais de um filho à Armada era prática bastante comum entre as famílias humildes. No tocante a este ponto, é interessante perceber, nos chamados termos de alistamento (fichas de matrículas), que o recrutamento de aprendizes-marinheiros de mesma filiação ocorria tanto em anos distintos como também dentro de um único processo seletivo (AM, estantes 25.168 e 25.169).

Vivendo em situação de penúria ou não, havia igualmente jovens entregues por familiares à carreira naval em decorrência do “mau” comportamento no ambiente doméstico e em outros espaços sociais. Para vários destes rapazes, sustenta Walter Fraga Filho, “a vadiagem era uma forma de rebelar-se contra imposições do mundo adulto. Rebeldia que se expressava no desprezo pelo trabalho, na preferência pela rua em detrimento da casa e no gosto pelas bebidas alcoólicas” (FRAGA FILHO, 1996, p. 112). Neste mesmo sentido, Veloso Costa afirma que a escola de aprendizes, dentre outras funções, funcionava como:

corretora de meninos que precocemente se rebelavam contra as determinações paternas. Quando o adolescente revelava espírito indisciplinado, inclinações más, desvios das boas normas, recebia dos genitores a ameaça de colocá-los na Marinha. E o faziam, obtendo, quase sempre, resultados satisfatórios. Se a Escola de Aprendizes não o corrigia, era considerado irrecuperável, caso perdido. Dizia-se: “nem a Marinha deu jeito” (COSTA, 1987, p. 105).

Formadas as turmas, o próximo passo consistia em prepará-las, da melhor forma possível, não somente para as práticas de navegação e da guerra naval, mas também para o enfrentamento em geral da vida. Nas linhas a seguir, procuramos nos aproximar justamente desse processo, em especial no que se refere ao doutrinamento moral e ideológico dos milhares de calouros do mar que chegavam às salas de aula da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

Doutrinando e moralizando

A estrutura hierárquica da Marinha de Guerra do Brasil, de um modo geral, constituiu-se a partir de dois grandes grupos. Os oficiais são aqueles militares que, em sua maioria, se formaram na Escola Naval, sediada no Rio de Janeiro, e ocupam cargos de comando, seja embarcados em belonaves, ou não. Muitas vezes – os exemplos são bem mais recorrentes no período imperial –, são oriundos de famílias pomposas e de larga tradição marítima. Por outro lado, todos os que não compõem o oficialato são denominados praças. São os que guarnecem os navios de guerra e demais repartições da Armada em solo e, em sua maioria, provêm de camadas sociais menos abastadas, justamente as que ingressavam com frequência maior nas escolas de aprendizes. Ratificando esse cenário, José Murilo de Carvalho expõe que, no Brasil, enquanto “o recrutamento de oficiais passou de aristocrático para endógeno e de classe média” ao longo do tempo, o de praças “foi consistentemente feito nas classes pobres” (CARVALHO, 2005, p. 19).

Em linhas gerais, a preparação técnica e intelectual deste pessoal subalterno na nossa Marinha, na primeira metade do século XX, era realizada em três etapas. A formação inicial era de responsabilidade das escolas de aprendizes, a qual, por algum tempo, ela deveria ser complementada pela Escola de Grumetes, na cidade do Rio de Janeiro. O segundo e o terceiro estágio, por sua vez, estavam a cargo das especializações e aperfeiçoamentos, cursos ofertados, respectivamente, pelas chamadas escolas profissionais. Essas, mais tarde, seriam substituídas em suas funções pelas novas escolas de auxiliares especialistas. Apenas depois de cumprida essa sequência o marujo alcançava, em tese, plenas condições de ser transferido às belonaves. Convertia-se, enfim, em um combatente naval (ROCHA, 1985, p. 81).

Com relação à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia e congêneres, essas proporcionavam aos alunos “educação básica, incluindo a instrução primária”, além de “formação cívico-militar, mentalidade marinheira, culto às tradições navais, noção de

disciplina e o grau de higiene compatível com as exigências da vida de bordo” (ROCHA, 1985, p. 81). Era através desse amplo leque de valores e conhecimentos que os militares davam as “boas-vindas” aos calouros e identificavam os que reuniam os atributos necessários para prosseguir na carreira. Ainda sobre o curso, podemos dividi-lo em três componentes principais.

O ensino básico, ou elementar, era regido por professores normalistas e compreendia as áreas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geometria, Ciências, Geografia e História (AM, estante 25.171).

Já os ensinamentos técnicos eram transmitidos por meio da educação profissional. Dela faziam parte matérias como Aparelhagem e Nomenclatura de Navios de Guerra, Obras de Marinheiro e Sinais (RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1906, p. 61; e 1914, p. 196-97).

Por fim, o ensino acessório, ou complementar, o qual era composto, dentre outros itens, pelas aulas de educação física. Sob a responsabilidade de instrutores civis, esses encontros eram realizados seis vezes por semana, o que indica sua relevância para a capacitação dos discentes. Sob um ponto de vista mais lúdico, fazia ainda parte da educação acessória o aprendizado de instrumentos musicais. Entretanto, o ponto do currículo complementar que mais chama a atenção talvez não fosse tão divertido aos olhos dos recrutas. Aplicadas semanalmente, as aulas de educação cívica cabiam, habitualmente, a oradores, vários deles membros do próprio corpo docente da casa. Em ensejos como as “grandes festas nacionais”, esses indivíduos “discorriam sobre as referidas datas de modo a não só explicar o motivo da glorificação do dia, como procurando o levantamento do patriotismo dos menores”. De igual modo, é provável que menções a heroicas figuras do passado se repetissem ao longo das palestras (AM, gav. 008, cx. 161, rel. 294, p. 5 e 11-13; e rel. 306, p. 4-5).

Tais discursos também eram reproduzidos de forma escrita, em materiais didáticos como o livro *Pela Pátria*. Apenas no mês de julho de 1914, 54 exemplares dele foram enviados à Escola pela Inspetoria de Marinha, órgão responsável pela fiscalização do ensino naval (AM, estante 12.095, documento sem numeração). Um compêndio produzido pelo professor Paulo da Silveira Rosas, essencialmente positivista, nos fornece uma dimensão dos valores transmitidos aos recrutas por intermédio de publicações do gênero. Enumerando os muitos compromissos que o alistado deveria cumprir em sua rotina, o docente enaltecia os deveres patrióticos, prestando à nação “o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças do teu coração”. Para melhor lhes ser útil, identificava os cuidados que o jovem deveria ter com o corpo, aconselhando-o a afastar-se de vícios, como o alcoolismo e a preguiça. Afinal, a

promessa de proteger o país, segundo ele, seria executada com maior êxito por um “homem sadio” (1964, p. 11-13 e 45-52).

Contrariamente ao que prescrevia o regulamento das escolas do ano de 1885, o de 1939 não traz incluído o ensino religioso, outrora sob a responsabilidade de capelães navais. Por certo, o fato de a proclamação da República ter laicizado o Estado brasileiro está relacionado à mudança. Tendo-se por base a adoção de materiais como *Pela Pátria*, o que fundamentalmente parecia conduzir o doutrinação das turmas era o ideário de Augusto Comte (BRASIL, 1886, p. 203; e RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1926, p. 29). Segundo José Murilo de Carvalho, a “nova religião”, criada pelo pensador francês, tinha como alicerce a defesa não só da pátria, mas também da família e da humanidade. Seus santos eram “os grandes homens” do passado. Seus ritos, as festas cívicas nacionais. Os padres e pastores, os próprios positivistas. Já a sua filosofia e sua política apresentavam-se como princípios teológicos (CARVALHO, 1990, p. 130).

Se, por um lado, havia ícones que guardavam lugar cativo no rol dos “grandes homens” da história naval, existiam, por outro, os que mereciam ser definitivamente esquecidos pelas novas gerações de marujos. Um deles, por certo, era o marinheiro João Cândido Felisberto. Modelo de insubordinação, mencionar seu nome durante o Estado Novo era algo perigoso, segundo Edmar Morel, jornalista que por longo tempo se debruçou sobre o levante de 1910 e os seus personagens. Considerado “assunto proibido”, as redações dos periódicos emudeciam frente ao patrulhamento ideológico do Departamento de Imprensa e Propaganda (1986, p. 237). Mesmo hoje, passados praticamente cem anos, o trágico episódio ocorrido no mar da Guanabara não é assunto que se aborde sem provocar certo desconforto no meio naval.

Oficial da Marinha no crepúsculo do século XIX, Adolfo Caminha era outro indivíduo que sofria restrições por parte da corporação, sendo “cruelmente marcado por suas atitudes”. Sua obra-prima, *Bom-crioulo*, lançada em 1895, foi, assim como as publicações de Jorge Amado e José Lins do Rego, proibida durante muitos anos. Não era, absolutamente, material “para se dar de prêmio nas escolas”. Em vez de narrar o “escabroso tema” da pederastia no seio da corporação e as punições físicas sofridas a bordo, a crítica desejava que ele escrevesse algo “travesso, alegre, patusco; contando cenas de alcova ou de bordel, ou noivados entre as ervas, à lei do bom Deus”. Em outras palavras, um livro que não escandalizasse ou comprometesse a imagem da Marinha de Guerra. À época, o próprio editor, Domingos Magalhães, da Livraria Moderna, sofreu represálias (MOREL, 1986, p. 236-237).

Dos itens que compunham o curso, o ensino moral e cívico era aparentemente o único em que os alunos não eram avaliados por exames orais, escritos ou práticos. Em vez disso, o processo de “formação moral” era verificado por meio de outros critérios mais subjetivos, entre os quais a “apreciação bimestral da aptidão para a carreira, garbo militar, entusiasmo profissional e acentuada correção de conduta, uniformes e atitudes”. Essas notas eram determinadas por um conselho constituído pelo comandante e outros oficiais. Somente lograriam aprovação os que alcançassem média não inferior a quatro. Era justamente levando em conta a lisura moral dos rapazes, aliada ao seu desempenho técnico, que a direção da casa estabelecia uma hierarquia entre eles, conferindo-lhes as graduações de sargento-ajudante, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento e cabo. Válidas somente durante o curso, essas patentes davam aos internos o direito a uma pequena gratificação fixada pela Armada (REGULAMENTO para as Escolas de Aprendizes, 1939, p. 5-7).

Outra maneira de se agraciar os recrutas de “boa” postura era outorgar-lhes a insígnia *Marcílio Dias*, criada na primeira gestão do almirante Alexandrino de Alencar como ministro da Marinha (1906-1910) e oferecida todos os anos ao melhor aprendiz nacional. Além disso, os três alunos mais bem colocados de cada escola eram convidados a realizar uma viagem de instrução a bordo do navio-escola *Almirante Saldanha*, à época, uma das mais belas e modernas unidades da Armada. O governo do estado, por sua vez, também realizava condecorações anuais. Em 1925, durante a administração Góes Calmon, foram criadas três medalhas (ouro, prata e bronze) a serem entregues aos discentes que melhores notas alcançassem ao longo do curso preparatório (RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1914, p. 196; e 1926, p. 29).

Mais que os vários cuidados com o processo de formação dos jovens indivíduos que chegavam à vida naval, os itens analisados mostram a importância-chave que as escolas de aprendizes tinham para a Marinha de Guerra à época. Tal relevância, porém, somente foi conquistada paulatinamente.

Criados no século XIX, foi em decorrência da Revolta dos Marinheiros de 1910, em grande medida, que estes centros de formação passaram a ser mais valorizados. Com a assinatura do Decreto n. 8.400, em novembro daquele ano, foi iniciado o afastamento de inúmeros praças suspeitos de estarem envolvidos no fatídico motim. Nessas circunstâncias, os pequenos recrutas tornaram-se peças indispensáveis para o fim de se “completar os efetivos de bordo, desfalcadíssimos pela eliminação das centenas de marinheiros antigos” (BPEB, *Liga Marítima Brasileira*, fev. 1912, p. 9). Assim, alertadas para a necessidade de melhor

estrutura e profissionalização do pessoal, as autoridades navais fizeram com que as escolas de aprendizes ganhassem um destaque que até então não possuíam.

O alistamento de menores nas escolas era diretamente proporcional aos elogios por elas recebidos dentro da hierarquia naval. Para o comandante Arthur Dias, a Armada Nacional tinha razões de se “regozijar” dos bons resultados trazidos pela incorporação de inúmeros grumetes egressos daquelas organizações. A corporação, dizia ele, estava “conseguindo frutos mais compensadores do que outras marinhas no engajamento de bons elementos para formação dos seus efetivos de bordo”. Depreciando o papel desempenhado pelo marujo voluntário, argumentava que, no dia-a-dia dos navios, era “fácil perceber a superioridade de um marinheiro educado desde a infância para a vida complexa de homem de guerra e do mar em relação ao estranho surpreendido pelo acaso nas profissões mais diferentes” (DIAS, 1910, p. 264). Naquele mesmo ano de 1910, devemos mais uma vez salientar, os menores se tornariam uma das soluções preponderantes para a grave crise institucional enfrentada.

O ministro da Marinha Alexandrino de Alencar, por sua vez, em relatório ao presidente da República, datado de abril de 1918, é enfático ao definir as escolas como “o melhor viveiro da nossa marinhagem de guerra”. Já à frente da Pasta quatro anos antes, ele reconhecia que, imprescindíveis, era por meio delas que se poderia “moralizar e instruir” o futuro marujo, obtendo-se assim a “perfeição” profissional. Argumentava que o marinheiro não poderia mais ser como o do passado, devendo seu engajamento ocorrer na “mais tenra idade”. Além de soldado, ele precisava ser igualmente um “especialista mecânico”, atendendo às complexidades técnicas vivenciadas pela Marinha moderna. Para que essa empreitada lograsse sucesso, eram exigidos “método, tempo e um terreno preparado”, expunha o almirante (RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1914; 1918, p. 191-193 e 122, respectivamente).

Como se percebe, a relação entre o desenvolvimento da Armada Nacional e o funcionamento das escolas de aprendizes-marinheiros na primeira metade do século XX, para muitos oficiais, tornou-se algo indissociável. Se havia uma chance de dotar a corporação de elementos mais habilitados, essa seria através do ensino e doutrinação dos indivíduos mais jovens. Com a sua personalidade e conhecimentos em etapa ainda inicial de construção, seria teoricamente mais fácil moldá-los de forma a atingir, com êxito, o produto final desejado.

Considerações finais

Ainda que não traduza de maneira completa os primeiros estágios da educação oferecida pela Marinha de Guerra do Brasil na primeira metade do século XX, o estudo de fontes relativas à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no período por certo contribui para a sua melhor compreensão. Neste sentido, acreditamos que a realização de futuras pesquisas não somente sobre a Escola da Bahia e seus alunos, mas também a respeito de tantas outras escolas de aprendizes mantidas pela Armada brasileira em todo o território nacional enriquecerão, certamente, ainda mais as reflexões e conhecimentos relativos à formação marinheira da época.

Além disso, vale ressaltar que o material analisado nos auxilia a perceber não só o funcionamento do ensino naval – incluindo, como visto neste artigo, os artifícios de controle ideológico e doutrinação –, mas também diversos elementos inerentes aos contexto político e social vivido pelo País no período. Dessa forma, como os sujeitos e outros itens componentes da História não devem ser vistos de maneira isolada e acrítica, “mergulhar” no passado dos aprendizes baianos acabou nos levando às “profundezas” de momentos marcantes do último século, como a Revolta dos Marinheiros de 1910 e o processo de implantação do Estado Novo.

Referências

Fontes

Arquivo da Marinha (AM):

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 32, parte 1 – t. 48, parte 2, 1886.

LIVRO de notas mensais da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1933-1935). Divisão de Documentos Escritos, estante 25.171.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1914-1915). Divisão de Documentos Escritos, estante 12.095.

REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928). Chamada 05/02106, gav. 008, cx. 161, rel. 294.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1929). Chamada 05/02116, gav. 008, cx. 161, rel. 306.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1931). Chamada 04/00853, gav. 003, cx. 061, rel. 83.

RELATÓRIO do ministro da Marinha ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (1906, 1913, 1914, 1917, 1926). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Imprensa Naval, 1906, 1913, 1914, 1917, 1926.

ROSAS, Paulo da Silveira. Instrução moral e cívica para os alunos das escolas de aprendizes-marinheiros. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1964.

TERMOS de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estantes 25.168 e 25.169.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB):

Diário de Notícias. Salvador, 24 ago. 1910; e 2 set. 1910.

Estado da Bahia. Salvador, 17 dez. 1937.

Liga Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, jul. 1907 e fev. 1912.

Livros:

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COSTA, Veloso. Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco. In: _____. *A Marinha em Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1987

DIAS, Arthur. Ainda a instrução do pessoal. In: _____. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.

MARTINS, Hélio Leôncio. Participação da Marinha no ciclo revolucionário – 1922-1938. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985. p. 121-49.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 347-375.

ROCHA, Álvaro de Rezende. Pessoal. In: MARTINS, Hélio Leôncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 67-99.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 221-249.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 192-99.

Recebido em: 29/09/2009

Aprovado em: 11/12/2009